

AMAZÔNIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO: ESTUDO QUANTITATIVO

Nelio Paulo Sartini Dutra Júnior*
Mariane Maria Moraes Vilela Franco**

RESUMO

A produção de um livro didático não é neutra. Especificamente nos livros de Geografia, comumente, quando um determinado assunto é estudado, é privilegiado uma determinada forma de abordagem do mesmo, em detrimento de outra, e com o estudo do conteúdo de Amazônia nos livros didáticos não seria diferente. Deste modo, este trabalho tem como objetivo compreender, de forma introdutória, os aspectos históricos do livro didático no Brasil; elencar os critérios utilizados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no Guia do Livro Didático de 2012; e diagnosticar de forma quantitativa, como o conteúdo de Amazônia é estudado nos livros didáticos do Ensino Médio. Para realização da presente pesquisa, inicialmente procurou-se fazer levantamento bibliográfico que enfocasse a história do livro didático no Brasil, principalmente o de Geografia. Em seguida, buscou-se compreender os critérios de análise PNLD no Guia do Livro Didático de 2012; e por fim, foram elaborados gráficos que representam de forma quantitativa as formas de abordagem do conteúdo de Amazônia encontrada nos livros didáticos utilizados nesta pesquisa. Como resultados introdutórios, averiguou-se em ambos os livros estudados, que os conteúdos considerados como “físicos” estão mais presentes que os “humanos”.

Palavras-chave: Amazônia. Livro Didático. Ensino Médio.

1 INTRODUÇÃO

Na elaboração de um livro didático, os autores, indiretamente, podem passar para a obra parte de suas ideologias e interpretação que seus sentidos abonam a objetos e fenômenos. Por este e outros motivos, pode-se dizer a produção de um livro didático não é neutra, e se não atende a interesses de autores, pode representar explicitamente ideologias do Estado, com

* Graduando em Licenciatura e Bacharelado em Geografia na Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET). E-mail: neliojunior28@gmail.com

** Graduanda em Licenciatura e Bacharelado em Geografia na (FACIP-UFU) e bolsista de Iniciação Científica (PIBIC – AF). E-mail: mariane vilela franco@yahoo.com.br

objetivo de controlar/doutrinar a sociedade, bem como os interesses editoriais na produção do livro didático enquanto mercadoria.

Ao explicar sobre um determinado assunto na obra, talvez devido à própria formação e/ou da vivência dos autores, eles comumente acabam por privilegiar um determinado ponto de vista ou abordagem, e não consideraram de forma satisfatória outros aspectos do mesmo tema. Com o conteúdo de Amazônia não seria diferente, ou seja, a forma de abordagem deste em distintos livros nunca será idêntica, porquanto, além dos fatores supracitados, as editoras exercem papel significativo na construção deste recurso didático, pois determinam normas específicas que devem ser respeitadas no processo de edição.

Assim, compreender o contexto histórico das produções dos livros didáticos e quais os critérios utilizados pelo Estado, que avalia e distribui os livros para as escolas, são de fundamental importância. Além do mais, entender como o conteúdo de Amazônia é representado nos livros didáticos do Ensino Médio é imprescindível para conseguir utilizar de forma satisfatória este recurso didático nas aulas referentes a esta temática.

Portanto, este trabalho tem como objetivo compreender, de forma introdutória, os aspectos históricos do livro didático no Brasil; elencar os critérios utilizados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) no Guia do Livro Didático de 2012; e diagnosticar de forma quantitativa, como o conteúdo de Amazônia é estudado nos livros didáticos do Ensino Médio.

2 MATERIAS E METÓDOS

Para realização da presente pesquisa, procurou-se fazer um referencial teórico que enfocasse a história do livro didático no Brasil, principalmente o de Geografia. Em seguida, buscou-se compreender os critérios de análise PNLD no Guia do Livro Didático de 2012. Depois que a leitura bibliográfica foi feita, o diagnóstico do conteúdo de Amazônia nos livros didáticos do Ensino Médio pode ser elaborado.

Para realizar o diagnóstico desta pesquisa, inicialmente, foi feita uma pesquisa de campo em três escolas localizadas na área central da cidade Ituiutaba-MG. Foram feitas indagações aos professores de Geografia do Ensino Médio que estavam presentes nestas escolas, na perspectiva de identificar quais os livros mais utilizados pelos mesmos na ministração/preparação de suas aulas. Com as informações dadas pelos professores, buscou-se

identificar os dois livros mais citados pelos professores, e que foram fabricados no mesmo ano. Portanto, os livros selecionados foram “Geografia – Série Novo Ensino Médio” de Lúcia Marina Alves de Almeida e Tércio Barbosa Rigolin e “Geografia geral e do Brasil: estudos para compreensão do espaço”, de James Onnig Tamdjian e Ivan Lazzari Mendes (Figura 1).

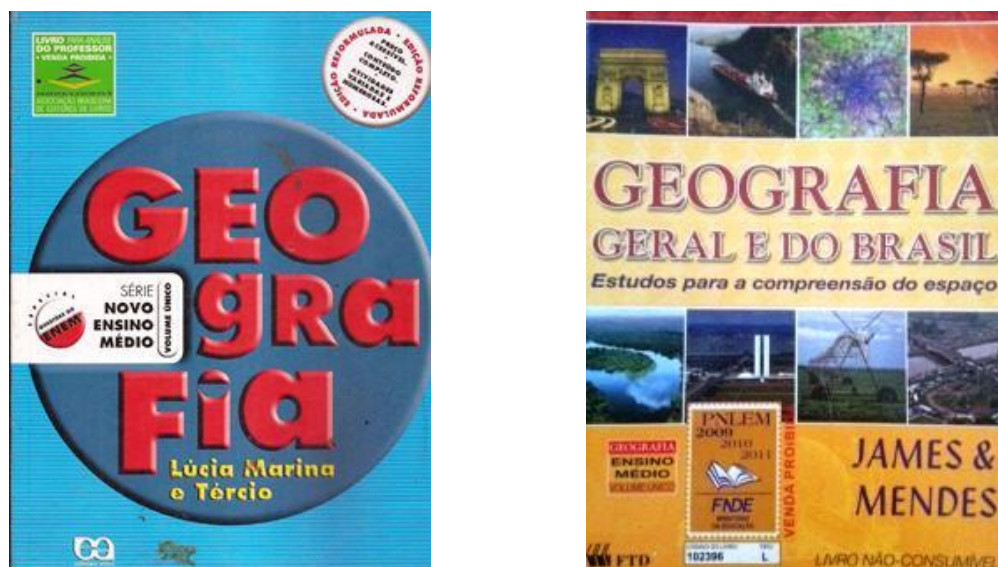


Figura 1 - Livros didáticos do Ensino Médio utilizados para diagnóstico
Fonte: DUTRA JUNIOR, 2011.

Foram consideradas duas escalas de análise: nacional e regional. A escala nacional contemplou os conteúdos de Amazônia que foram trabalhados através de textos que debateram as características gerais do Brasil, inclusive da própria Amazônia. Considerou-se como escala regional os conteúdos que foram abordados por meio de textos que tratam da Amazônia sob perspectiva do conceito de região ou da configuração regional. Também é relevante destacar que o termo Amazônia, ou seja, um espaço geográfico específico que pode ser abordado na perspectiva do conceito de região, neste trabalho, remete-se a:

- 1 – Amazônia, uma das regiões pertencentes ao grande complexo regional elaborado por Pedro Pinchas Geiger em 1967, que usou como critérios de regionalização as características geoeconômicas e dividiu o Brasil em três grandes regiões: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste (ALMEIDA; RIGOLIN, 2005, p.362.);
- 2 – Norte, uma das cinco regiões brasileiras reconhecidas oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo elas: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

Assim sendo, para entender como a Amazônia é representada nos livros didáticos do Ensino Médio, é fundamental que seja definido critérios para representação deste conteúdo. Desta forma, foram consideradas para diagnóstico a quantidade de textos existentes nos livros que tratam da Amazônia; a escala de abordagem do conteúdo nestes textos; e o tipo de enfoque do conteúdo.

Deste modo, primeiramente fez-se uma contagem da quantidade de textos que tratam da Amazônia nos livros didáticos. Posteriormente, estes textos foram quantificados e fragmentados em categorias, sendo as seguintes: “histórico”, “indígena”, “indústria”, “política”, “urbano”, “transporte”, “economia”, “demografia”, “impactos ambientais”, “vegetação”, “clima”, “relevo”, “estrutura geológica”, “hidrografia”, e “recursos naturais e energéticos”. Por fim, além de fragmentar os textos em categorias, eles foram divididos em níveis de escalas de abordagem. Depois que estes critérios de diagnóstico foram definidos, os dados foram coletados, ilustrados na forma de gráficos, e estudados.

3 HISTÓRIA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

Para compreender a história do livro didático, é relevante destacar que esta não encontra-se alheia aos modos de produção capitalista. Nesse sentido, é visto que desde seus primórdios, o livro didático tornou-se uma mercadoria bastante rentável. Bittencourt (2008, p.63) explana um pouco sobre esta premissa, quando afirma que “As editoras, ao conquistarem o direito de fabricar e divulgar o livro didático, cuidaram de transformá-lo em uma mercadoria inserida na lógica capitalista”. Schäfer (2003, p.138) complementa esta informação, afirmando que “o livro didático passa a ser uma peça da engrenagem da produção e reprodução dos sistemas”, e nesse sentido, para o mesmo autor e mesma página, o livro didático assume uma função de homogeneizar a sociedade, partindo do princípio de que os alunos possuem idades similares, e por isso, podem ser standardizados.

Schäfer (2003, p.137-138) corrobora que os livros didáticos já existiam desde o século XVII, mas que antes do século XIX, os exemplares vinham diretos de Portugal. Para este autor, a fabricação em massa do livro didático ocorreu apenas no século XIX. Nesse sentido, Bittencourt (2008, p.64) afirma que a primeira editora pertencente ao Estado brasileiro foi a Editora Régia, criada oficialmente em 1808, em que os livros fabricados por ela eram mais parecidos com manuais, e tratava de filosofia, moral, física, matemática, e outros destinados a

curso de Cirurgia e Anatomia, e Medicina. Apesar de não fabricar apenas livros didáticos, a produção desta editora colaborou para a sistematização dos conhecimentos escolares no Brasil, visto que um dos objetivos dela era a criação de materiais para auxílio na educação pública.

Bittencourt (2008, p.65) generaliza que “a produção da Imprensa Régia estava direcionada para temas de organização do aparelho administrativo do Estado” visando formar técnicos e especialistas para atuar na própria organização estatal, e por isso predominavam “publicações sobre economia política, geografia, agrimensura, saúde pública, incluindo-se obras ligadas ao currículo das escolas joanino”. Todavia, esta editora não durou muito tempo no Brasil, em que:

[...] Com o fim do monopólio da Imprensa Régia em 1822, seguiu-se o descompromisso estatal com publicações de compêndios escolares, e a segunda década do século XIX marcou a transferência da produção didática para as editoras particulares que começaram a surgir no Brasil, além das que produziam material escolar em Portugal e na França. (BITTENCOURT, 2008, p.65).

Neste contexto, com a queda da Imprensa Régia no século XIX, houve a ascensão de outras editoras particulares que não dependiam diretamente do Estado brasileiro. Assim, houve uma maior produção de volumes, que

[...] estaria vinculado ao maior número de conhecimentos, à divisão e sistematização das ciências, à crescente discussão sobre técnicas de ensino e teorias de aprendizagem, mas sobretudo à necessidade que se impunha à expansão capitalista de preparo dos recursos humanos através de treinamento técnico, militar e industrial. (SCHÄFER, 2003, p.137).

Deste modo, percebe-se que a produção do livro didático esteve pautada na própria reprodução da lógica capitalista. O livro foi idealizado como um material capaz de homogeneizar a sociedade, e ao mesmo tempo, uma fonte de lucro para as grandes empresas fabricantes. O Estado ausentou-se do compromisso de fabricar estes materiais, e permitiu uma vulgarização de conhecimentos em prol da reprodução de um sistema de produção excludente e banalizante.

No século seguinte, devido a movimentos nacionalistas e modernistas, houve em 1920 a criação de uma política de livro didático para o Brasil. O Instituto Nacional do Livro (INL) foi criado em 1937, sendo um órgão subordinado ao Ministério da Educação, e uma de suas funções era a de analisar os livros didáticos. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

foi elaborado em 1985, tendo como objetivo analisar, indicar e selecionar os livros didáticos (SCHÄFER, 2003, p.138). Hoje, o PNLD tem:

[...] como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico. (PNLD, 2013, np).

Observa-se que estes programas criaram um contraste entre o século XIX e o XX, pois no primeiro, era evidente o descaso do governo em relação às publicações de livros didáticos, e já no segundo, houve a criação de diversas instituições com desígnios voltados para a regulamentação destas obras.

Assim, percebe-se que de certa forma, houve uma valorização do livro didático por parte do Estado, porquanto ele criou legislações e programas voltados para a avaliação destas obras antes que elas chegassem às escolas brasileiras. Nesse sentido, desde o princípio destas avaliações, foi relevante o uso de critérios para o julgamento destas obras, pois só assim, poder-se-ia avaliar se elas estavam classificadas ou não para o uso nas redes de ensino.

4 PNLD E OS CRITÉRIOS AVALIATIVOS DOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

No ensino de Geografia, considera-se que os livros didáticos são um dos principais recursos pedagógicos utilizados nas escolas públicas brasileiras. Segundo Castrogiovanni e Goulart (2003, p.132), frente às condições de trabalho atuais do docente de Geografia, o livro didático é um instrumento necessário nas atividades pedagógicas e didáticas. Schäfer (2003, p.136) destaca que:

[...] O uso do livro didático está associado a uma função social e pedagógica relevante: a construção do conhecimento através do trabalho com o texto impresso, o que permite a ampliação deste universo de conhecimento. (SCHÄFER, 2003, p.137).

Deste modo, entende-se que o livro didático é um instrumento que tem uma função social, e não esporadicamente, determina o planejamento de aulas. É um dos recursos mais acessível aos professores das escolas, seu uso é relevante na sala de aula, entretanto, existem aspectos que são fundamentais para a escolha e uso deste recurso. Desta forma, para que seja

feita a seleção destas obras, é importante que elas passem por uma série de critérios avaliativos.

No Guia de Livros Didáticos de Geografia de 2012, organizado pelo Ministério da Educação e pertencente ao PNLD, existem diversos critérios utilizados para a filtragem das obras inscritas para análise. Eles são fragmentados em dois grupos: o primeiro compreende os aspectos eliminatórios, compondo critérios mais gerais relacionados à legislação, ética, conceitos, estrutura editorial, proposta didática e linha pedagógica adotada; e o segundo grupo abrange os critérios particulares à área geográfica (PNLD, 2012, p. 10 e 11). Os pertencentes aos componentes curriculares específicos da Geografia estão divididos em 9 itens, e são designados para as coleções destinadas aos alunos. O primeiro critério verifica se a coleção:

[...] possibilita, nos diversos contextos de ensino-aprendizagem, a consecução de atividades referentes aos conteúdos e materiais geográficos, levando à realização da interação professor-aluno por intermédio de um diálogo que permita a expressão de significados pelo professor e a re-significação do conhecimento pelo aluno, com a finalidade de vinculá-lo à prática social. Deve, portanto, ser flexível, de maneira a atender projetos pedagógicos diversificados e, ao mesmo tempo, claros, corretos, coerentes e articulados. (PNLD, 2012, p.11).

Assim, o livro deve ter conceitos claros, mas que possibilite que o aluno exerça sua cidadania através da reformulação crítica de informações, permitindo uma relação de construção do saber em sala de aula, devido à valorização do conhecimento do discente. No segundo item, verifica se a coletânea:

[...] demonstra coerência e adequação metodológicas internas entre os livros da coleção, tanto no que se refere à linha de pensamento geográfico adotada, quanto à orientação pedagógica. Em síntese, é necessário que haja compatibilidade entre a opção teórico-metodológica adotada, os conteúdos geográficos desenvolvidos e a maneira como são desenvolvidos. Por isso, é importante que as propostas sejam explicitadas e que a obra seja coerente com elas e internamente, de maneira que o aluno seja alfabetizado na linguagem científica geral e na linguagem particular da Geografia. (PNLD, 2012, p.11).

O segundo critério, de forma geral, é voltado para averiguar a proposta metodológica das obras, principalmente no quesito da corrente de pensamento geográfico adotado. Nesse sentido, compreender os pressupostos metodológicos da geografia crítica, humanística, positivista e pragmática são fundamentais para esta análise. O terceiro item avalia se no livro

[...] contém os conteúdos e conceitos geográficos aceitos pela comunidade científica e aplicados a todas as regiões do país, demonstrando conhecimento atualizado dos avanços teóricos e das pesquisas publicadas na área, e sem reducionismos, que podem ser fonte de erros ou podem induzi-los, quando conceitos e conteúdos são apresentados de forma incompleta ou relacionados tão resumidamente que os processos envolvidos não possam ser corretamente compreendidos. (PNLD, 2012, p.11).

Neste item, um dos principais critérios para avaliar são os conceitos de estudo da Geografia, e o conteúdo correspondente destes conceitos. Deste modo, conceitos como o de espaço, paisagem, território, região e lugar, e a forma de aplicação destes na organização dos conteúdos, são relações relevantes para exame dos compêndios. No quarto item, verifica-se se a obra:

[...] apresenta os conceitos plenamente a partir dos processos, dinâmicas e fenômenos, em suas relações espaço-temporais. Por isso, são considerados erros conceituais: - ideias incompletas ou errôneas e lacunas que não permitam a compreensão das relações entre sociedade e natureza; - relações espaço-temporais que não possibilitem compreender a construção histórica do espaço geográfico; - ideias incompletas ou errôneas e lacunas que não permitam a compreensão da formação, desenvolvimento e ação dos elementos constituintes do espaço físico, suas formas e seus processos, ou do espaço humano, assim como os processos sociais, econômicos, políticos e culturais, suas formas e suas relações. (PNLD, 2012, p.11).

O foco deste item são as informações atuais alcançados pelas pesquisas geográficas, que abrangem os conhecimentos a respeito da sociedade, natureza, cultura, política, história e espaço geográfico como um todo. Conceitos que explicam a formação de processos e fenômenos, tanto físicos como sociais, são considerados e relevantes para esta análise. No quinto item, é visto se a obra:

[...] apresenta o conteúdo de tal forma que não se induza a erros, que podem ocorrer quando conceitos ou informações são apresentados de maneira incompleta, quer em atividades, comentários ou associação entre conceitos, de tal forma que o aluno tenha dificuldade em compreender corretamente os conteúdos geográficos. Por outro lado, a obra não deve apresentar conceitos e informações de forma errada ou confusa, dificultando os relacionamentos próprios da análise geográfica da realidade. (PNLD, 2012, p.12).

Nele, é julgado se os conceitos abordados induzem o aluno ao erro, e se são estudados de forma abrangente, relacionando-se a outros fenômenos e processos. Desta forma, a explicação não pode ser simplista, mas ao mesmo tempo, deve ser apresentada de forma didática para não confundir os discentes.

No sexto item, avalia se na obra: “contém informações corretas e atualizadas ou informações que demonstrem o embasamento teórico-metodológico adotado no Manual do Professor” (PNLD, 2012, p.12). É uma avaliação que não pode ocorrer sem a presença do livro didático do professor, pois nela, é necessária uma comparação entre ambos os livros: o do aluno, e o do docente. No item sétimo, os aspectos visuais são avaliados, porquanto, neste item é visto se o livro “apresenta mapas, gráficos e tabelas utilizando a linguagem cartográfica, localizando corretamente a informação geográfica no espaço e no tempo e articulando diferentes escalas geográficas” (PNLD, 2012, p.12). É importante ressaltar que neste item é julgada a diferenciação de figuras e mapas, escalas geográficas, sistemas de projeção cartográfica, entre outros fatores relacionados a mapas, tabelas e gráficos. No oitavo item, é visto se a obra:

[...] é isenta de preconceitos, tanto de origem, condição econômico-social, étnica, de gênero, religião, idade, orientação sexual ou outras formas de discriminação ou doutrinação religiosa, tanto nos textos como nas ilustrações, tais como fotos, mapas, tabelas, quadros ou outros tipos de ilustrações necessárias para a compreensão dos conteúdos geográficos. (PNLD, 2012, p.12).

Apesar destes critérios já serem abordados nos aspectos eliminatórios do livro didático, a Geografia assume como importância específica visto que esta ciência estuda diretamente todos estes fatores apontados. Assim sendo, tanto na filtragem inicial, quanto na secundária (específica da Geografia), o preconceito não é aceito, tanto em imagens, quanto em textos. Por fim, no item 9, verifica se a obra:

[...] é isenta, para o desenvolvimento de certos temas e conteúdos, de marcas, símbolos ou outros identificadores de corporações ou empresas, a não ser quando se mostrarem com a necessária diversificação para explicar os processos espaciais. (PNLD, 2012, p.12).

Neste último item é avaliado se existem propagandas de empresas ou de marcas, ou seja, se no livro didático existem anúncios diretos de produtos. Obviamente, a Geografia estuda as relações espaciais, e deste modo, informações sobre indústrias, empresas e marcas estão contidas no espaço; deste modo, o que é avaliado neste item não é se a marca aparece ou não na obra, e sim a forma como a marca é apresentada no compêndio.

Portanto, a partir das informações apresentadas, comprova-se que existem diversos critérios utilizados pelo Ministério da Educação empregados para a avaliação dos livros didáticos de Geografia. Nesse sentido, para julgar especificamente um conteúdo no livro

didático, que é o objetivo deste trabalho, parte destes critérios trabalhados no Guia do Livro Didático podem ser utilizados. Contudo, eles foram criados para análise de obras completas, e não unicamente de conteúdos específicos. Desta forma, na presente pesquisa, esses critérios qualitativos do PNLD não serão utilizados diretamente, visto que o estudo propõe-se a abordar a temática de forma quantitativa. Entretanto, indiretamente, é necessário ter conhecimento destes critérios, para que no futuro, um estudo mais aprofundado possa ser realizado.

5 A AMAZÔNIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO

Nos livros didáticos estudados, os conteúdos de Geografia do Brasil foram trabalhados separadamente dos gerais. Desta forma, no livro “Geografia geral e do Brasil”, as temáticas brasileiras foram tratadas nos capítulos pertencentes à primeira parte do livro, sendo que na segunda parte foram contemplados os assuntos gerais. Já o livro “Geografia – Série Novo Ensino Médio” é fragmentado em 3 partes, e os assuntos enfocados no Brasil estão presentes na terceira parte desta obra. Ambas as obras são volumes únicos.

No livro “Geografia – Série Novo Ensino Médio”, é visto primeiramente a estrutura geológica brasileira, em que a região Amazônia é abordada em textos curtos e mapas que destacam as depressões de Jurandyr Ross, as planícies amazônicas de Aroldo de Azevedo, e domínio morfoclimático amazônico de Aziz Ab’Saber. É visto também um mapa que expõe as massas de ar e os climas brasileiros, e abaixo destes mapas, explicações sintéticas sobre os mesmos. A Amazônia é trabalhada no Capítulo 60 “Ecossistemas Brasileiros”, que aborda os aspectos físicos da Floresta Amazônica, e a influência do clima nesta formação. No Capítulo 61 “A Hidrografia Brasileira”, a temática é apresentada no contexto da bacia hidrográfica do Rio Amazonas.

Nos Capítulos 62 “A Organização Político-Administrativa e a Divisão Regional do Brasil” e 63 “Os Complexos Regionais Brasileiros”, são apresentados as divisões regionais brasileiras, inclusive a adotada pelo IBGE, bem como a divisão regional do Brasil em três grandes regiões. De modo geral, nestes capítulos, não são detalhados a questão amazônica. Eles se limitam a abordar os aspectos regionais de forma generalista, sem relacionar estes a outros assuntos estudados pela Geografia. Nas temáticas de recursos minerais, instalações industriais e transporte, novamente a Amazônia é explanada de forma substancial, abordando

poucos aspectos desta região. Neste livro, como já foi dito, todos os assuntos relacionados ao Brasil são trabalhados na parte final da obra, de forma sinóptica e fragmentada.

Na obra “Geografia geral e do Brasil: estudos para compreensão do espaço”, a Amazônia é estudada nos capítulos iniciais do mesmo, que são dedicados aos estudos específicos do Brasil. No Capítulo 1 “Ocupação do Espaço Brasileiro”, os estudos relacionados à Amazônia são introduzidos com a questão indígena por meio de um mapa e texto que representa os espaços dos indígenas no século XVI. No mesmo capítulo, estuda-se as drogas do sertão em um texto e mapa de atividades econômicas do século XVIII. A questão da borracha na Amazônia também é trabalhada por meio de um texto e mapa. No Capítulo 3 “Paisagens Naturais do Brasil: Relevo e Hidrografia”, a temática de estudo aparece em mapas representando os escudos cristalinos e bacias sedimentares do Brasil e as classificações de relevo de Aroldo de Azevedo, Aziz Ab’Saber e Jurandyr Ross; em nenhuma dessas categorizações, aborda-se a questão específica da Amazônia. No mesmo capítulo supracitado, mas em outros textos, a Amazônia é vista de forma mais detalhada por meio de bacias hidrográficas, estando presente na obra um mapa hidrográfico brasileiro, e um texto tratando especificamente da bacia Amazônica.

No Capítulo 4 “Paisagens Naturais do Brasil: clima e vegetação” está presente um mapa que mostra as massas de ar que atuam no Brasil, sendo que nele mostra que a massa de ar equatorial age principalmente na região amazônica. Ainda, tratando dos climas e vegetações brasileiros, mostra-se um mapa climático do Brasil que ilustra que o clima equatorial está presente principalmente no complexo regional Amazônia; e outro que afirma que a Floresta Amazônica faz parte da formação vegetal da Amazônia. Em ambos os casos citados, a obra possui um texto bem explicativo a respeito dos mapas, e no caso da vegetação, possui imagens ilustrativas da mesma. Em seguida, ainda no mesmo capítulo, observa-se um mapa da divisão morfoclimática e as províncias fitogeográficas de Aziz Ab’Saber; nestes aspectos, o livro mostra que a maior parte da região Amazônia está dentro do domínio Amazônico, composto de terras baixas e florestas equatoriais. Também são apresentados imagens a respeito deste domínio.

Destaca-se que a questão indígena novamente foi tratada na presente obra, só que de forma mais aprofundada. No Capítulo 5 “Formação da Sociedade Brasileira”, aborda-se por meio de um longo texto os índios, as riquezas e a terra dos indígenas. A Amazônia está

presente nesta temática visto que a maior parte dos índios residem hoje neste complexo regional. No mesmo tópico, estuda-se a distribuição da população brasileira e migrações, e, apesar do mapa não estar dividido por regiões brasileiras, observa-se nele que no complexo Amazônia, existem poucos habitantes em relação às outras regiões brasileiras, e que houve bastante migração para esta região na década de 1970 e 1980. No capítulo seguinte, “Dinâmica demográfica e qualidade de vida da população brasileira”, é tratado sobre a regionalização do espaço brasileiro, sendo apresentados mapas e critérios que serviram de base para criar as diversas regiões do Brasil. É relevante destacar que na presente obra, também são trabalhados as diversas fragmentações das regiões brasileiras, bem como os critérios utilizados nessa divisão.

No Capítulo 9 “Atividades Agropecuárias no Brasil” a Amazônia é mais bem trabalhada no texto “No Norte”, que fala um pouco a respeito da agricultura no Brasil. Nele é destacado que a agricultura itinerante e pecuária bovina são uma das principais culturas de produção desta região. O Capítulo 10 “Evolução das questões ambientais no Brasil”, em comparação com os outros, aborda de forma ampla a Floresta Amazônica. Ele possui o texto “A questão amazônica” que contempla o caso específico dos problemas ambientais desta região, e outro texto extenso que fala satisfatoriamente sobre a biopirataria na Amazônia. O Capítulo 11 “O papel geopolítico do Brasil” é sem dúvida o que mais aborda especificamente a Amazônia, principalmente nos textos “O papel da Amazônia na geopolítica brasileira”, “Projetos de proteção da Amazônia”, “Projeto Sivam – os prós e os contras” e “Sivam e Plano Colômbia ampliam influência dos Estados Unidos na Amazônia”. Industrialização, meios de transporte, energia são estudados em outros capítulos, mas no contexto nacional.

Na análise quantitativa do livro “Geografia – Série Novo Ensino Médio”, observa-se que os conteúdos de Amazônia (Figura 2) menos abordados a nível nacional foi os indígenas, o urbano e os impactos ambientais. Em segundo lugar, ficaram os assuntos relacionados à história da Amazônia, indústria, transporte, economia, vegetação, estrutura geológica e hidrografia. Os mais trabalhados foram clima, relevo e os recursos naturais e energéticos, sendo que a respeito da questão de energia e recursos, houve-se mais de 10 textos abordando esta temática, configurando, portanto, o conteúdo mais trabalhado neste livro didático. Na escala de abordagem regional, o assunto mais explícito foi a economia da Amazônia, existindo 3 textos sobre ela. A demografia amazônica foi o segundo conteúdo mais exibido; história, indústria, política, impactos ambientais, vegetação e hidrografia foram assuntos

tratados em apenas um texto; a questão indígena, o urbano, transporte, clima, relevo, estrutura geológica, e os recursos naturais e energéticos não são estudados pelas suas questões regionais.

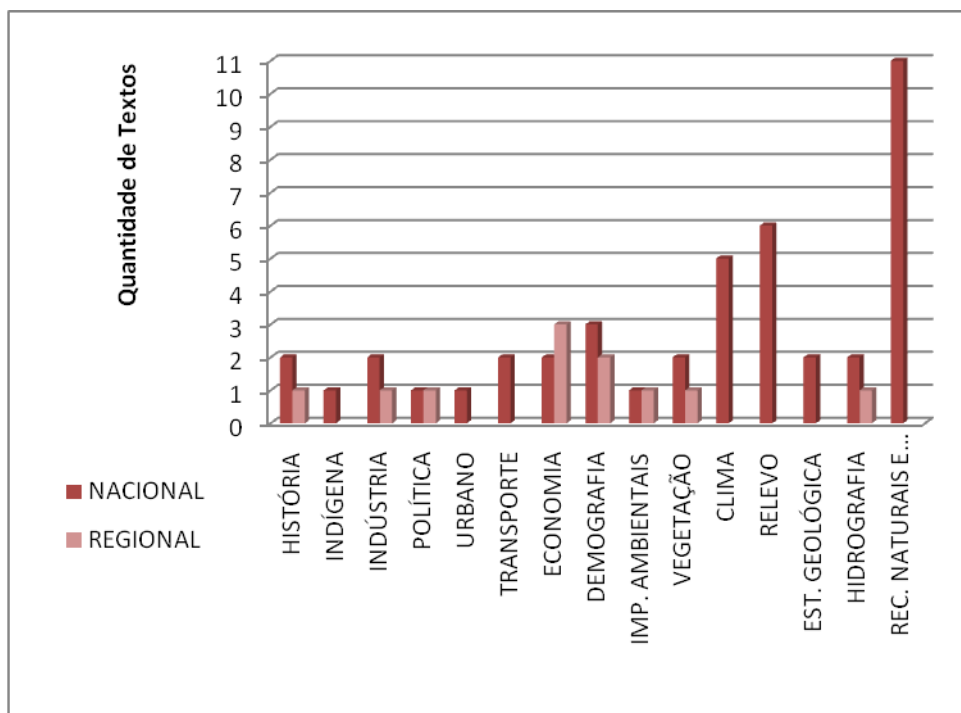


Figura 2 - Amazônia no livro “Geografia – Série Novo Ensino Médio”.
Fonte: Pesquisa de Campo (2013). Elaboração: Dutra Júnior (2013).

No livro “Geografia geral e do Brasil” (Figura 3), em escala de análise nacional, existem mais textos que tratam do relevo da Amazônia. Em seguida, história, indígena, urbano, demografia, vegetação, clima e recursos naturais e energéticos são estudados, cada um, em dois textos. A Amazônia no contexto da indústria, transporte, economia e hidrografia é tratada em apenas um texto, para cada conteúdo supracitado. Ela não é abordada em escala nacional nos enfoques de política, impactos ambientais e estrutura geológica.

Em escala de enfoque regional, ela não foi abordada no contexto dos indígenas, indústria, urbano, transporte e estrutura geológica. Teve-se na obra 1 texto de cada um dos assuntos a seguir: história, economia, demografia, clima e relevo; e dois 2 textos de impactos ambientais, 2 de hidrografia, e 2 de recursos naturais e energéticos. Os assuntos de Amazônia

mais trabalhados a nível regional foram as questões geopolíticas, perfazendo um total de 4 textos.

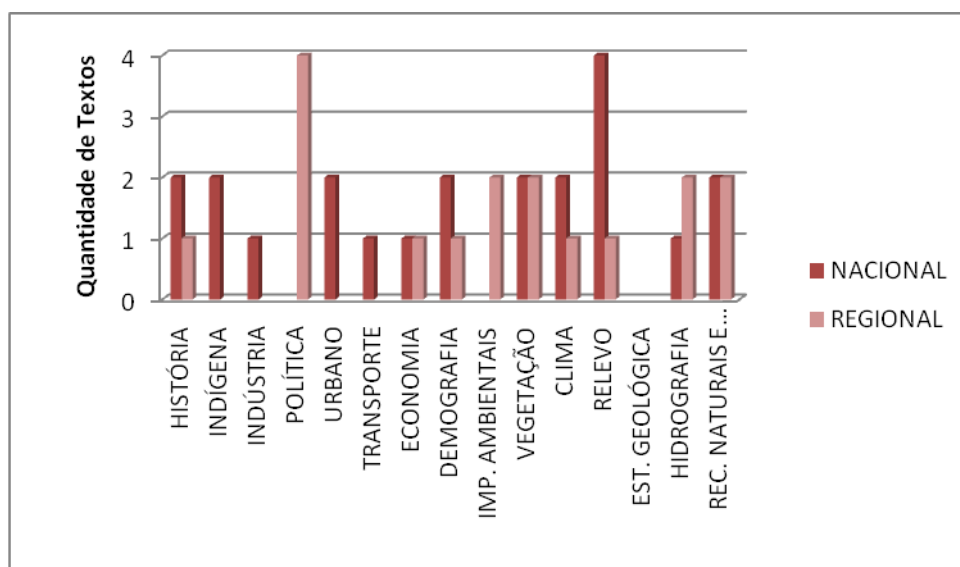


Figura 3 - Amazônia no livro “Geografia geral e do Brasil”
Fonte: Pesquisa de Campo (2013). Elaboração: Dutra Júnior (2013).

O (Figura 3) representa o número de textos nos quais foram encontrados conteúdos de Amazônia, somando-se os níveis nacional e regional. Relacionado à Amazônia, percebe-se quem em ambos os livros que o enfoque em história, impactos ambientais e hidrografia foram tratadas como mesmo número de títulos, sendo 3, 2, e 3 textos, respectivamente.

Houve amplitude considerável entre os livros, nos estudos de Amazônia pertinente a economia e recursos naturais e energéticos, em que, o conteúdo econômico é tratado em 5 textos na obra “Geografia – Série Novo Ensino Médio” e apenas em 2 textos no outro livro; e os recursos energéticos e naturais são abordados em 4 textos no livro “Geografia Geral e do Brasil”, enquanto que ele é bastante trabalhado na outra obra, pois nela existem 11 textos nesse enfoque. A estrutura geológica praticamente não é aprofundada em “Geografia Geral e do Brasil” enquanto que no outro ela está presente em 2 textos.

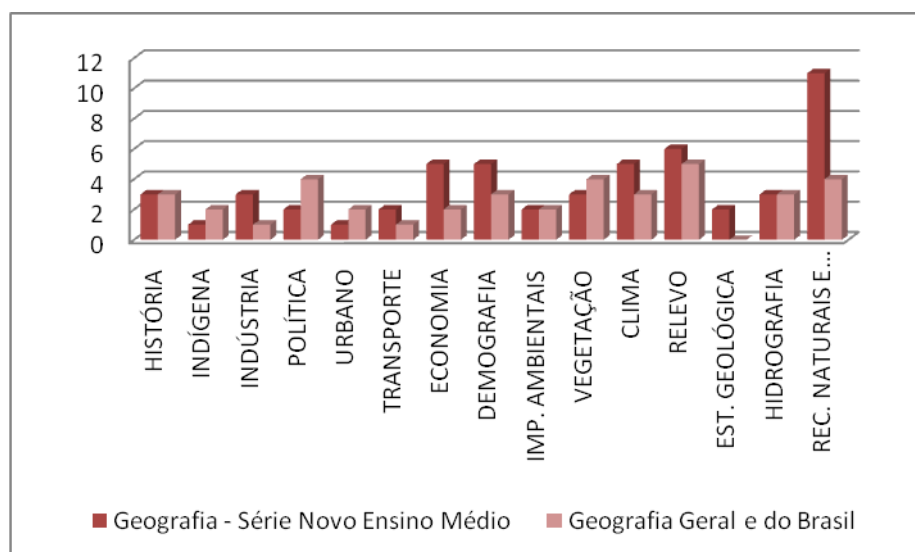


Figura 4 - Amazônia nos livros didáticos estudados
 Fonte: Pesquisa de Campo (2013). Elaboração: Dutra Júnior (2013).

Em ambas as obras, foi notado que em alguns conteúdos, procurou-se trabalhar as temáticas geográficas de forma inter-relacionadas, tanto nos aspectos humanos, quanto nos naturais. Todavia, os livros estudados, de modo geral, abordam as temáticas físicas e humanas da Geografia de forma pouco relacionada, isto é perceptível até mesmo nos títulos dos textos e nas organizações dos capítulos. Desta forma, para representação no (Figura 4) considerou-se como assuntos mais pertinentes a Geografia Humana os de “história”, “indígena”, “indústria”, “política”, “urbano”, “transporte”, “economia”, e “demografia”; os tópicos “impactos ambientais”, “vegetação”, “clima”, “relevo”, “estrutura geológica”, “hidrografia”, e “recursos naturais e energéticos” foram ponderados como os da Geografia Física. Ressalta-se, entretanto, que esta pesquisa não tem o propósito de entrar na discussão de quais são áreas de estudo da Geografia, e como elas devem ser representadas; a fragmentação supracitada foi feita apenas para realizar-se o diagnóstico nos livros didáticos estudados.

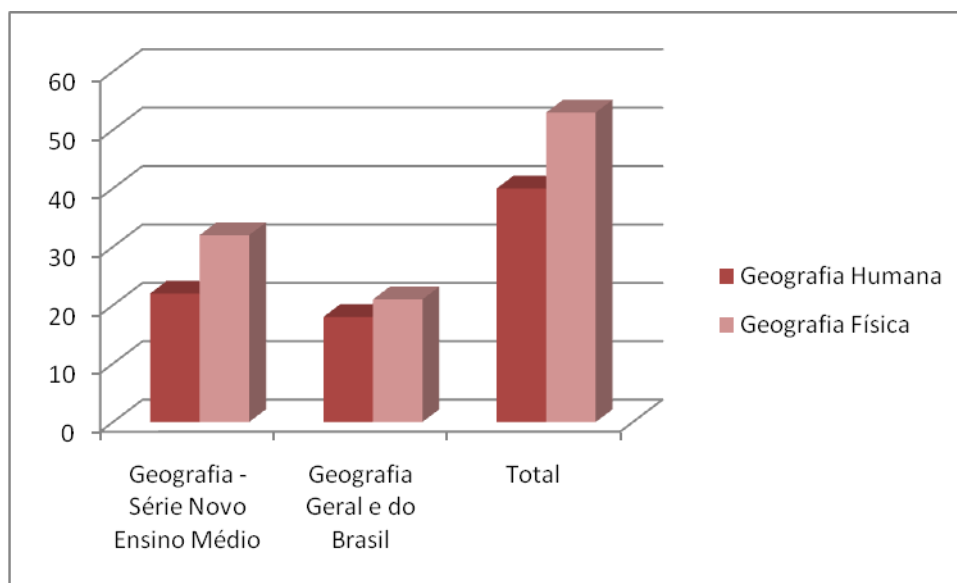


Figura 5 - Conteúdos humanos e físicos da Amazônia nos livros didáticos estudados
 Fonte: Pesquisa de Campo (2013). Elaboração: Dutra Júnior (2013).

No gráfico antecedente, é visto o livro “Geografia – Série Novo Ensino Médio” contempla 22 textos com conteúdos da Geografia Humana, e 32 textos com assuntos da Amazônia relacionados à Geografia Física; enquanto que na obra “Geografia Geral e do Brasil” existem 18 textos pertinentes à temática amazônica nos contextos humanos, e 21 nos físicos. Ambas as obras trabalham mais os aspectos físicos em comparação com os humanos, totalizando 40 textos da área humana amazônica, e 53 da área física.

É importante destacar que no primeiro livro ilustrado no (Figura 5), existe uma amplitude considerável em relação aos aspectos humanos e físicos. É percebido ainda que no livro “Geografia Geral e do Brasil” existem, ao todo, 39 textos que tratam da Amazônia, enquanto que a outra obra possui 54 textos desta temática. Portanto, quantitativamente, e em relação ao número de textos, o livro que mais trabalha os conteúdos da Amazônia é o “Geografia – Série Novo Ensino Médio”.

6 CONCLUSÃO

O PNLD surge no final do século XX, como alternativa para contrapesar o descompromisso do Estado para com a produção de livros didáticos do século XIX, e atualmente assume papel relevante na análise e seleção deste recurso, pois os critérios

utilizados por este programa têm atualmente os seguintes objetivos: averiguar se as obras possuem objetivos claros e definidos; se existem propostas metodológicas coerentes; identificar quais são os conceitos de estudo da Geografia que norteiam a obra; constatar se as informações apresentadas são verdadeiras e atualizadas; e se existe propaganda de marcas/produtos ou manifestação de preconceito.

No livro "Geografia - Série Novo Ensino Médio", os temas de Amazônia mais abordados em nível nacional foram os relacionados ao clima, relevo e recursos naturais e energéticos; em escala regional, foi o conteúdo pertinente à economia. Já na obra "Geografia geral e do Brasil", o relevo da Amazônia foi o assunto mais estudado pelo ponto de vista nacional; e em escala regional, foram as questões geopolíticas da Amazônia.

Observa-se que em ambas as obras, considerando a questão histórica de colonização e a permanência indígena na região, a cultura da Amazônia sob perspectiva regional não foi abordada conforme o esperado. Não valorizar a questão indígena no principal recurso didático da Geografia em sala de aula, porquanto sabe-se que este recurso representa para muitos alunos a principal fonte de informação sobre um determinado assunto, é reproduzir a não importância histórica/cultural que esta região assumiu não apenas para a sociedade e mercado, mas sobretudo para o Estado.

Por fim, nos dois livros didáticos utilizados nesta pesquisa, existiram maior quantidade de textos relacionados às temáticas "físicas" em comparação com as "humanas". Com base na metodologia utilizada nesta pesquisa, considera-se que o conteúdo de Amazônia foi mais trabalhado no livro "Geografia - Série Novo Ensino Médio".

Não se pretende com este esboço finalizar o estudo desta temática, pois entende-se que existem bastantes questões que ainda precisam ser consideradas. Este trabalho objetivou-se apenas introduzir o estudo da Amazônia nos livros didáticos do Ensino Médio, podendo servir de experiência para outras pesquisas que, quiçá, surjam posteriormente.

AMAZON IN TEXTBOOKS OF SECONDARY EDUCATION: A QUANTITATIVE STUDY

ABSTRACT

The production of a textbook is not neutral. Specifically in the books of Geography , commonly , when a certain subject is studied , is privileged a particular way to approach even at the expense of another , and the study of the content of textbooks in the Amazon would be no different . Thus, this study aims to understand, in an introductory way , the historical aspects of the textbook in Brazil , list the criteria used by the National Textbook Program in Textbook Guide 2012 ; diagnose and quantitatively, as the content of Amazon is studied in textbooks of high school books . To carry out this research initially sought to make literature, which unfocussed history of textbooks in Brazil, mainly of Geography . Next, we sought to understand the criteria for analysis in PNLD Textbook Guide 2012, and finally , graphs representing quantitatively how to approach the content of Amazon found in textbooks used in this research were developed . As introductory results , it was examined in both books studied , the content considered as " physical " gifts that are more " human " .

Keywords: Amazon, Textbooks, High School.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M. A.; RIGOLIN, T. B. **Geografia**: Série Novo Ensino Médio. 2 ed. São Paulo: Ática, 2005.

BITTENCOURT, C. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. 239 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668id=12391option=com_contentview=article>. Acesso: 28 ago. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos - PNLD 2012: Geografia**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011. Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/arquivos/category/125-guias?download=5508:pnld-2012-geografia>>. Acesso: 28 ago. 2013.

CASTROGIOVANNI, A. C.; GOULART, L. B. A questão do livro didático em geografia: elementos para uma análise. In: CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; SCHÄFFER, N. O.; KAERCHER, N. A. (Org.). *Geografia em sala de aula: práticas e reflexões*. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 2003. p. 132-135.

SCHÄFFER, N. O. O livro didático e o desempenho pedagógico: anotações de apoio à escolha do livro texto. In: CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; SCHÄFFER, N. O.; KAERCHER, N. A. (Org.). *Geografia em sala de aula: práticas e reflexões*. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 2003. p. 136-150.

TAMDJIAN, J. O; MENDES, I. L. **Geografia geral e do Brasil**: estudos para compreender o espaço – Ensino Médio. São Paulo: FTD, 2005.

Artigo recebido em 10/01/2014 para avaliação e aceito em 24/03/14 para publicação.